

A ELITE POLÍTICA BRASILEIRA E OS DESAFIOS DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO 21

Bolívar Lamounier

Marx postulou que a infraestrutura econômica determina a superestrutura política, o Direito e as ideologias. Sucinto, o general De Gaulle declarou o oposto: *d'abord, la politique*.

Dou por assentado que hipóteses tão extremadas perderam completamente o sentido. Sempre complexa, a interação entre economia e política varia entre países e entre períodos históricos.

Frisando inicialmente o aspecto político, parece-me indiscutível que a qualidade das estruturas e lideranças é um fator crucial no desenvolvimento econômico. Este enunciado suscita importantes indagações a respeito do caso brasileiro. De um lado, nosso país parece corresponder com exatidão a tese da “armadilha do baixo crescimento” (ou “da renda média”). Presumindo um crescimento médio anual do PIB per capita de três por cento, levaremos uma geração para alcançar Portugal e Grécia, os países mais pobres do sul da Europa - e lá chegaremos com uma distribuição de renda muito pior. Do outro, o sistema político brasileiro padece de deficiências notórias, sendo perfeitamente cabível duvidar de sua capacidade de engendrar um empuxo desenvolvimentista comparável ao dos três principais *late industrializers* do século 19: os Estados Unidos, a Alemanha bismarckiana e o Japão a partir da restauração Meiji de 1868.

Um trabalho mais extenso deveria começar por um exame rigoroso da hipótese de que o sistema político brasileiro se debilitou ainda mais no passado recente. Acrescente-se, como reforço a tal exigência, que o empregarei o termo debilitação não apenas no sentido sistêmico – avaliação das instituições-, mas também em relação à qualidade média dos indivíduos que ingressam na política através do processo eletivo. Quanto de tal proposição é fato, quanto é juízo de valor, e quanto é simples impressionismo? Limitar-me-ei, porém, a duas observações que me

parecem suficientes para os fins deste artigo. Primeiro, a presença de políticos de expressão nacional no Legislativo federal. Por volta de 1980, qualquer observador informado apontaria pelo menos vinte nomes; hoje, dificilmente chegará a cinco. Segundo, graças à operação Lava-Jato, o país tomou conhecimento de um conluio entre políticos e empresas sem paralelo em países situados num nível de desenvolvimento político comparável ao nosso. O que veio a público até o momento em que redijo este texto - dezembro de 2016 -, permite afirmar sem temor a erro que uma única empresa – a construtora Odebrecht – se sobrepôs praticamente ao sistema partidário, afundando-o, e ao Legislativo, em níveis inéditos de descrédito.

A DEBILIDADE POLÍTICA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Na literatura histórica brasileira, as hipóteses mais importantes sobre a debilidade de nosso sistema político são, sem dúvida, a do patrimonialismo (Faoro, 1958; Schwartzman, 2015; Senna, 1994), a do populismo e a de que sucessivas rupturas dificultaram a sedimentação dos sistemas partidários. Subsidiariamente, é preciso considerar que desde pelo menos o segundo pós-guerra o Brasil não têm tido elites como grupos reais e sim agregados estatísticos constituídos pelos indivíduos que sobressaem nas diferentes hierarquias que compõem a estrutura dorsal da sociedade; tocarei neste ponto na conclusão deste trabalho.

Patrimonialismo

Em abstrato, o termo patrimonialismo designa uma forma de organização política na qual a burocracia, concentrando em suas mãos uma enorme massa de recursos econômicos, coopta todo grupo que a ela se anteponha com pretensões de autonomia empresarial ou política. Ao impedir a emergência do setor privado, um setor público digno do nome tampouco se configura; o padrão resultante é, pois, uma virtual indistinção entre ambos. Examinando a transição do Estado Novo ao regime democrático de 1946, Campello de Souza (1976) sugeriu, mais especificamente, que a preempção dos espaços decisórios pela burocracia egressa da ditadura varguista resultou numa acentuada atrofia do sistema de partidos no tocante às opções macroeconômicas, com o quê as agremiações do período “especializaram-se” no protagonismo ideológico em termos de esquerda e direita, ou seja, em torno do nacional-desenvolvimentismo e das

repercussões internas da guerra fria). A partir da renúncia de Jânio Quadros, essa lógica levaria a uma radicalização crescente e ao golpe de 1964.

O tema principal da crônica política do período 1961-1964 foi, sem dúvida, a emergência do *populismo*. Conquanto o termo fosse muitas vezes empregado sem a desejável precisão, o fenômeno que ele designava tinha duas faces. De um lado, o aparecimento de lideranças inclinadas a se dirigir diretamente ao “povo” (a aglomerações socialmente difusas, reunidas nas ruas e praças das grandes cidades), relegando as instituições representativas a segundo plano. Os nomes de Perón e Getúlio, e depois de Jango e Brizola, vêm facilmente à memória. De outro, uma mudança na forma de articulação e apresentação de demandas ao poder público. Antes, as carências populares eram apresentadas a candidatos e a parlamentares de forma desagregada por pequenos grupos e até por indivíduos, segundo o padrão tradicionalmente denominado clientelismo, ao qual geralmente se associa uma forte conotação interiorana. Com o advento do populismo, o sujeito das demandas é a massa, e seu palco é eminentemente urbano. Desta descrição, uma dúvida e uma indagação decorrem de forma imediata. Salvo no tocante a serviços locais (habitação, saneamento, pavimentação etc), a capacidade de articulação de seus interesses desse novo ator político, formado principalmente por imigrantes rurais de origem recente, era sabidamente modesta. Demandas desse tipo careciam, portanto, da octanagem necessária para alimentar comícios convocados por lideranças de expressão nacional. Em tais ocasiões, ou em seus pronunciamentos pelo rádio, um recurso político decisivo nessa época, as demandas ditas populares não eram articuladas de baixo para cima pelas massas, mas de cima para baixo pelos líderes populistas. Estas, valendo-se da situação esboçada, recorriam a um discurso bifronte, ameaçando empreender reformas contundentes contra as elites tradicionais e impedindo a conquista das massas por setores mais genuinamente ideológicos, que à época eram basicamente os comunistas. Perpassado de alto a baixo por um incessante recurso ao blefe, esse jogo haveria obviamente de introduzir incertezas e riscos sem conta nos sistemas políticos da América Latina, contribuindo para a ruptura de vários deles.

Com o benefício do retrospecto, é possível afirmar que as interpretações da época atribuíram um peso excessivo às transformações sociais, que apenas

se iniciavam, em detrimento da iniciativa de “empresários políticos” em encontrar atalhos para a conquista do poder. Valendo-se, como já se observou, dos novos meios de comunicação – o mais importante era ainda o rádio-, do paulatino enfraquecimento do PSD e da UDN, que eram os dois principais partidos do sistema pré-64, e de brechas absurdas nas regras institucionais, como a independência entre as candidaturas a presidente e a vice, que resultou na eleição de Jânio Quadros e João Goulart em 1960, os referidos “empresários” adotaram comportamentos no geral prejudiciais à estabilidade do regime de 1946.

É certo que as pressões inflacionárias decorrentes da gestão Kubitscheck afetaram negativamente o equilíbrio político do período considerado, facilitando a “politização” das massas, por um lado, e se transformando em um pomo de discórdia no seio dos governos de Jânio e Jango. Mas, como já se notou, as grandes transformações estruturais apenas se iniciavam. Como proporção da população total, o eleitorado de 1960 não chegava a 20%; foi crescendo nas décadas seguintes, inclusive durante o regime militar, que ele atingiu o patamar atual, superior a 70%. Ainda mais importante, o acelerado crescimento da população total e urbana que redundaria na inversão da matriz demográfica do país deu-se depois, não antes de 1960.

O exposto no parágrafo anterior sugere uma releitura do triênio que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. A emergência do “povo” - vale dizer, de grandes massas urbanas-, não parece prover uma explicação suficiente do populismo e do desarranjo político geral que desembocaria no golpe de 1964. Para bem compreender estes dois fenômenos, é mister situá-los no quadro mais amplo de uma mudança no sistema de partidos: a passagem de partidos de “notáveis” a partidos de “massas”, como ocorreu durante o século 20 em praticamente todas as democracias modernas. O PSD e a UDN, os dois principais partidos do período, eram evidentemente partidos de notáveis, recrutando seus quadros mais importantes entre as profissões liberais e entre fazendeiros e comerciantes. O PTB, terceiro em importância, só começou a penetrar nas cidades médias e pequenas do interior em 1963, após o plebiscito que possibilitou a recuperação por João Goulart do poder presidencial em sua plenitude. A releitura que se impõe tem, pois, o sentido de ressaltar que a transição que se iniciava dizia respeito a um sistema de partidos de notáveis debilitado desde sua formação no alvorecer do regime de 1946, pelos enfrentamentos da guerra

fria e mais ainda pelo precoce surgimento do populismo. Não descabe conjecturar que, de uma forma ou de outra, a dinâmica partidária radicalizada daqueles três anos levariam o regime constitucional à ruptura. Os militares, ao promovê-la, concentrando o poder em suas mãos durante 21 anos, liquidaram o “mercado” populista que surgira na esteira da crise de 1961, mas imprimiram aos processos políticos uma direção não menos nefasta no que tocava ao futuro robustecimento dos partidos e do sistema político como um todo.

Em 1965, ao editar o Ato Institucional número 2, impondo a extinção dos partidos existentes e sua substituição pelo bipartidarismo Arena X MDB, o governo militar reencenou uma hipótese complementar às do patrimonialismo e do populismo no tocante à debilidade do sistema político. Refiro-me ao fato de todas as precedentes formações partidárias terem sido extintas mediante atos de força, desaparecendo, em cada caso, todo o sistema e não apenas partidos individuais. A República extinguiu os partidos do Império; a Revolução de 1930 e o Estado Novo puseram fim aos partidos únicos estaduais (ditos “republicanos”) da Primeira República; o golpe de 1964 extinguiu os treze partidos do regime de 1946, forçando-os a se acomodarem num dualismo forçado de situação X oposição. Salvo o atual PMDB, teoricamente descendente do MDB, e vários outros que sucederam a Arena, nenhum outro foi capaz de conservar suas estruturas para eventualmente se reorganizar, uma clara evidência da debilidade geral de tais agremiações a que me venho referindo¹.

FATORES DE DEBILITAÇÃO POLÍTICA NO PASSADO RECENTE

Em que pese a importância de hipóteses abrangentes como as lembradas na seção anterior, concentrarei o restante do texto ao que me parece ser o foco decisivo da presente inquirição: *o agravamento da debilidade política brasileira após a luta vitoriosa das oposições contra o regime de 1964-1985*. Farei inicialmente uma breve menção à dinâmica endógena da “abertura” do regime militar e a certas mudanças que se deram concomitantemente na estrutura das profissões - um fator até agora não

¹ Vale a pena lembrar que a ruptura do sistema voltou a se manifestar, embora de forma oblíqua, na reforma partidária de 1979, urdida pelos estrategistas do regime e por setores minoritários da “frente de oposições” com o objetivo de quebrar o dualismo Arena x MDB.

estudado de forma sistemática-, e concluirei com um *vol d'oiseau* sobre a crise engendrada durante os treze anos e meio da gestão petista.

A debilitação mútua da corporação militar e das lideranças civis

Em termos sucintos, o ponto principal parece-me ser a debilitação mútua de ambos os lados, militares e civis, em decorrência da procrastinação da “abertura” pelo general-presidente Ernesto Geisel – procrastinação consubstanciada na designação do General Figueiredo para um mandato de seis anos-, e a inviabilização da estratégia econômica dos anos setenta pelo estrangulamento externo – subida abrupta do preço do petróleo e das taxas internacionais de juros, com a subsequente crise da dívida e o início da prolongada série de adversidades que se convencionou denominar “década perdida”. Nesse quadro, a corporação militar perdeu sua legitimidade e capacidade de governar, mas tal perda não foi capitalizada pela elite civil que liderara a transição. Esta, com efeito, chegou ao poder numa situação de acentuado desgaste e tendo à frente uma agenda política e econômica virtualmente intratável: a crise econômica, dissensos profundos quanto às opções de política econômica, num quadro de índices inflacionários em rápida ascensão, a morte de Tancredo Neves, substituído por José Sarney, um vice desprovido das credenciais e da legitimidade que as circunstâncias exigiriam, e o desmembramento da antiga “frente de oposições”, abrindo espaço para um processo acelerado de fragmentação da estrutura partidária².

Mudanças na estrutura das profissões

Nas seções anteriores, mencionei ligeiramente as discontinuidades causadas pelo ciclo militar na evolução dos partidos políticos. Tais discontinuidades afetaram negativamente, como não poderia deixar de ser, a própria valorização social da carreira política e, por via de consequência, todo o mecanismo de oferta e procura de que ela necessariamente depende.

² Foge ao âmbito deste artigo avaliar se a formalização da transição com a eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral, e não através de eleições diretas, foi um complicador adicional na conjuntura descrita. Outra lacuna inevitável diz respeito ao perfil dos novos líderes e partidos, remontando à reforma partidária de 1979, e em particular aos perfis de Lula e do PT, aos quais farei uma breve referência na conclusão do texto.

Quanto a esse aspecto, uma questão importante, ainda não estudada de forma sistemática, tem a ver com mudanças que vêm ocorrendo na estrutura de profissões desde a segunda metade dos anos sessenta³.

Até a Segunda Guerra, como já se notou, praticamente toda a política eletiva brasileira encaixava-se no figurino dos “partidos de notáveis”. Os primeiros fatores de mudança dignos denota surgem nos anos cinquenta, com as agremiações de esquerda começando a formar bases de militantes e, mais importante, o surgimento de um mercado político populista, a partir do qual umas poucas lideranças credenciaram-se como candidatos à presidência ou a governos estaduais (Jânio, Jango, Adhemar de Barros, Brizola e Arraes, para ficarmos só nestes) enquanto diversos outros disputavam as prefeituras das cidades mais importantes.

Vista pelo ângulo das profissões, a era dos notáveis assentava-se na tríade clássica – advocacia, principalmente, e engenharia e medicina. Muitos proprietários de terras e comerciantes possuíam diplomas nessas áreas, o que não significa que tivessem interesse nelas como carreiras. Com todas as ressalvas que devam ser feitas, certo é que, do ponto de vista profissional, a advocacia foi a principal via de entrada na carreira política eletiva até o advento do regime de 1946. Desse ponto em diante, duas forças contrapostas fizeram-na perder tal status. De um lado, ela mesma se transformou. Tomando o ano de 1970 como *baseline*, vemos uma categoria profissional constituída por cerca de 70 mil praticantes, com um nível médio de prestígio bastante elevado e pouca dispersão em torno da média. Hoje, aproxima-se de um milhão o número de advogados registrados na OAB, com um perfil social em tudo e por tudo antitético ao de meio século atrás. A nova advocacia caracteriza-se por uma pequena elite internacionalizada, associada aos grandes escritórios e regamente remunerada, contraposta a uma grande massa “proletarizada”, com rendimentos mensais médios que mal chegam a dez mil reais. O impacto de tal mudança nos valores políticos da profissão e em sua relevância como manancial de candidatos à política eletiva é evidentemente dramático.

³ Realmente, a transformação das profissões em função das grandes mudanças que se registraram nas estruturas sociais e nas tecnologias durante o século XX está a exigir mais observação e aprofundamento por parte dos cientistas sociais; ver a respeito, Joseph Ben-David (1966) e Perrucci & Gerstl (1969).

Como é óbvio, a situação descrita no parágrafo anterior não seria necessariamente negativa para a qualidade da classe política eletiva se a perda de altitude da advocacia fosse compensada pela ascensão de outras profissões – mas nada sugere que isso esteja acontecendo.

Creio ser oportuno inserir aqui uma breve comparação da advocacia com o jornalismo e a economia⁴. Max Weber, como se sabe, era cético quanto à possibilidade de os jornalistas virem a ombrear com os advogados no tocante a suas chances de eleição e a sua adaptabilidade ao dia-a-dia da carreira parlamentar. Na mesma linha, creio oportuno ressaltar, remontando ao fim da Segunda Guerra Mundial, que muitos jornalistas passaram a ver sua atividade como uma *vocação*, e não como uma simples técnica: uma verdadeira profissão, com um *esprit de corps* e valores próprios. No passado recente, com o declínio do jornal impresso e a ascensão da TV e da internet, é possível que esse processo tenha sofrido o impacto de pressões contraditórias e se revertido em alguma medida. Em linhas gerais, no entanto, não há dúvida de que os jornalistas têm um grande apego à profissão, que apreciam os desafios e a instigação intelectual que ela proporciona e valorizam a possibilidade de expressar o talento individual que ela permite; não é por acaso que muitos deles cultivam com certa paixão o idioma e desenvolvem aptidões literárias⁵.

⁴ O restante desta seção foi extraído de meu estudo *Império da Lei – Visão dos Advogados sobre a Justiça Brasileira* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016), disponível como E-Book. Seu pano de fundo é o conhecido trecho de Max Weber sobre o jornalismo e a advocacia em *A Política como Vocação*, obra de 1919. Decorrido quase um século da publicação desse celebrado ensaio, é natural que as observações de Weber sobre o jornalismo pareçam insuficientes – mais ainda em vista dos avanços tecnológicos consubstanciados no advento da televisão e da internet. Procuro compensar tal deficiência com observações pessoais, cujo caráter impressionista deve ser frisado.

⁵ Como cultores do idioma, poderíamos remontar a Nelson Rodrigues e a Antonio Maria, jornalistas dublês de dramaturgo e compositor, respectivamente. Na grande geração do “Castelinho” (Carlos Castelo Branco), Carlos Chagas, Villas-Boas Corrêa e os romancistas Carlos Heitor Cony e Moacir Japiassu são menções obrigatórias; na geração atual, Dora Kramer, Eliane Cantanhede, Josias de Souza, Merval Pereira e Roberto Pompeu de Toledo, para ficarmos só nestes.

Caso façam sentido, as observações acima sugerem alguns acréscimos às hipóteses de Weber. Primeiro, os jornalistas em geral gostam do que fazem. Segundo, não é fácil exercer um mandato parlamentar sem abdicar da independência de pensamento e da postura pública que um jornalista destacado deve manter; assim, mudar-se de mala e cuia para a política eletiva não deve ser uma opção palatável.

Outro aspecto a se ter em mente é ser a vida privada do jornalista relativamente bem defendida contra as pressões do trabalho. Por intenso que seja, o cotidiano do profissional de imprensa transcorre segundo uma sucessão temporal previsível, não impondo sacrifícios excessivos à vida familiar e ao lazer. Quanto a esse ponto, não descabe conjecturar que o jornalista e o acadêmico universitário gozem por igual de certos benefícios: um cotidiano mais ou menos calmo e uma liberdade de movimentos (maior ainda com o advento da internet) que o médico, por exemplo, não possui. Por último, mas não menos importante, o jornalista bem-sucedido exerce certa influência na vida pública, não tendo por que fazê-lo na condição de vidraça se o pode fazer na de estilingue.

E os economistas, como entram nessa história? Como categoria profissional, sua presença nos partidos e nos parlamentos é tão modesta ou até mais modesta que a dos jornalistas. Como explicar isso? Por que uma profissão reconhecida como um símbolo de modernidade, antenada como nenhuma outra para os caminhos e descaminhos da política pública e altamente visível na mídia permanece à margem dos organismos eletivos da representação política?

Penso que a busca de respostas deve começar pela base de conhecimentos que singulariza a economia como profissão. Se é certo que o jurista se concentra na aplicabilidade ou não de um conjunto de normas a uma dada

situação⁶, e que o jornalismo existe em função do “último acontecimento”, do “furo”, e de *como* comunicá-lo ao leitor ou telespectador, o traço distintivo do economista, qualquer que seja sua linha de pensamento, é a circunstância de lidar com fatos — mas fatos, hélas! — estruturados como um sistema objetivo⁷. O sistema econômico “secreta” informações relevantes todos os dias, e pode fazê-lo a qualquer momento, impondo-se, pois, literal e cotidianamente à atenção do economista. Na era atual, o alto grau de integração doméstica e internacional das economias, a complexidade dos processos financeiros e a importância antes inimaginável que as expectativas dos agentes econômicos assumiram num mundo de comunicações em tempo real, impactos poderosos podem afetar de uma hora para outra o funcionamento do conjunto. Por essa e outras razões, os economistas têm uma aguda consciência do caráter especializado de seu ofício e das fortes exigências técnicas e teóricas sobre as quais ele se assenta. Por si só, esse fato o alerta quanto à baixa compatibilidade da profissão com a política. Mas isto não é tudo, e seria um grande equívoco imaginar que a complexidade dos processos econômicos o abata e faça sofrer. Ao contrário, eles tendem a ver a intrincada trama científica da disciplina como um desafio e uma fonte de satisfação. Muitos possuem uma bagagem intelectual respeitável, não adstrita aos limites técnicos da disciplina, cultivam amplos relacionamentos acadêmicos e culturais, e prezam muito esse modo de vida. Acrescente-se que os economistas são em

⁶ “[...] a dogmática jurídica procura definir os fatos aos quais a ordem legal positiva se aplica e a forma pela qual ela incide sobre eles”: ver Max Rheinstein, editor, *Max Weber on Law and Society* (New York: Simon & Schuster, 1967), pág. 11.

⁷ Fatos, mais precisamente, que: a) se definem como tais por estarem teoricamente referidos a um axioma indiscutível, o da escassez; b) mantêm entre si uma interligação ou interdependência contínua, de tal forma que o conjunto deles se configura como um sistema; c) sendo tal sistema um mecanismo empírico, objetivo, cujos movimentos sujeitam-se permanentemente a restrições e *trade-offs* de toda ordem.

média bem remunerados — sem esquecer aqueles que integram o *star system* internacional, pecuniariamente muito bem recompensados pelo trabalho que realizam. A exemplo dos jornalistas, eles não necessitam de um mandato eletivo para se tornarem influentes na esfera pública. Sentem mais a atração do Executivo que a do Legislativo, quanto a isso não há dúvida. Uma opção obliquamente política é a imprensa, tendo em vista que a formação acadêmica em economia lhes assegura uma presença destacada no contato com o público. Nessa capacidade, muitos parecem se representar como tribunos do povo — e do próprio país —, uma percepção que quadra muito bem com a autoimagem da profissão como um coletivo devotado à racionalidade. Podemos, pois, concluir sem temor a erro que poucos se dispõem a trocar a situação profissional de que desfrutam pelas incertezas da política eletiva.

Retomando o fio do argumento e recapitulando: as chances favoráveis dos advogados na arena eletiva devem-se a uma pluralidade de fatores que transcende por larga margem o domínio de um padrão linguístico e oratório similar aos da esfera política, bem como o desembaraço com que a maioria deles se expressa em público, e aptidões correlatas. Devem-se também ao status de quase-elite de que os advogados geralmente desfrutam; à familiaridade prática que desenvolvem no trato com as agências do Estado; à interação relativamente desimpedida que mantêm com indivíduos e grupos bem situados na estrutura de poder da sociedade; ao fato de as sociedades atuais lhes conferirem em caráter privativo um amplo acesso às carreiras do sistema de justiça; à circunstância de serem em geral representados por uma organização corporativa poderosa, e à sua *dispensabilidade* — relembro aqui a tese weberiana —, devida a uma agenda mais flexível que a das outras profissões liberais. Aos elementos acima haveria ainda a acrescentar a hipótese da convergência ou

semelhança entre os papéis a que o advogado se habitua em seu conflituoso cotidiano e aqueles que terá de assumir se e quando optar pela política como destino profissional.

Em tese, portanto, a advocacia deveria permanecer como um grande supridor de talentos para a carreira política. Esse, entretanto, não é o panorama que descortinamos na presente realidade brasileira. O que hoje caracteriza a profissão, como já se observou, é uma pirâmide fortemente estratificada, com os grandes escritórios internacionalizados no topo e uma massa anônima de profissionais mal remunerados na base. Ainda que conserve alguns traços da antiga mentalidade política liberal, não há dúvida de que ela perdeu o papel que parece outrora ter tido. E sua saída não foi proporcionalmente compensada pela entrada de profissionais em economia. Ou seja: os bacharéis deixaram de ser protagonistas de primeiro plano na política eletiva, e não foram substituídos pelos doutores em sociologia da USP, muito menos pelos PhDs em economia de Harvard, Berkeley ou Chicago. Fernando Henrique Cardoso e José Serra são exceções que confirmam a regra.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Tomados em conjunto, os argumentos apresentados parecem-me autorizar o diagnóstico de que a parte eletiva da democracia brasileira sofreu uma série de impactos desgastantes ao longo do processo de superação da era dita “oligárquica”, ou dos partidos de notáveis, como prefiro designá-la. No ponto em que nos encontramos, o resultado por certo não é unívoco. Remontando ao segundo pós-guerra, não há dúvida de que ela se expandiu e robusteceu graças à expansão do sufrágio e à modernização dos mecanismos administrativos e judiciais que balizam a disputa eleitoral. Mas não há que subestimar a ação dos fatores negativos explorados no texto e, no momento atual, o efeito conjugado de duas crises, a econômica

e a decorrente do vasto esquema de corrupção desvendado pela Operação Lavo Jato.

Qualquer que seja o desfecho imediato de tais crises, reconstruir uma elite eletiva com uma base aceitável de legitimidade será um processo penoso e demorado. Que perfil social e profissional terá tal elite? Será possível constituí-la com base nos mecanismos institucionais existentes, ou só a partir de uma reforma política abrangente, projeto por sua vez eivado de incertezas?

À guisa de conclusão, e reforçando as indagações do parágrafo anterior, convém introduzir aqui a crucial distinção entre elites reais e elites categoriais, ou abstratas. As primeiras, praticamente inexistentes na história brasileira, constituem-se como projeções de grupos sociais pré-existentes na esfera política. Sua base são substratos duradouros, não raro hereditários, fundados em posições de status, modos de vida aristocráticos e, no limite, altos índices de endogamia⁸. No Brasil, notadamente a partir da Segunda Guerra, nossas elites têm-se formado a partir de bases corporativas, que por sua vez não passam de grupos de interesse ou categorias estatísticas delineadas pela autoridade pública. Raramente coesas e auto-conscientes, elas podem portanto ser visualizadas como o ápice de uma pirâmide social imaginária, ponto de encontro de hierarquias diversas, baseadas seja no acesso a postos políticos eletivos, no exercício de funções elevadas na administração civil ou militar, na direção de empresas ou sindicatos, nas profissões, no conhecimento científico, em distinções culturais e artísticas, e assim por diante. Dito de outro modo, “reais” são elites que se beneficiem de uma coesão por assim dizer prévia e natural. Abstratas, ao contrário, são elites que devem sua coesão a um “cimento” vindo de fora (crenças ideológicas, uma preferência partidária particular, uma devoção comum a um líder político); ou seja, à presença de elementos unificadores dotados de alta valência entre os membros da coletividade em questão⁹, ou a um processo de aprendizagem on the job,

⁸ A aristocracia italiana do século 19 é um bom exemplo; veja-se a respeito Montroni (1995, págs. 255-275).

⁹ Considerando que as elites alemãs ter-se-iam tornado abstratas após a experiência nazista e a Segunda Guerra, Dahrendorf (1969) atribuiu às faculdades de Direito uma função unificadora importante; no Brasil, como já se notou, nada sugere que as profissões possam cumprir tal função.

tanto mais difícil quanto mais dividida esteja a sociedade em dado momento.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

AI CAMP, Roderic

2002 - *Mexico's Mandarins: Crafting a Power Elite for the Twenty-First Century*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

BEN-DAVID, Joseph

1966 - “The Growth of the Professions and the Class System”, in: Reinhard Bendix e Seymour M. Lipset, *Class, Status and Power*, 2. ed., Nova York, Free Press, 1966

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo

1976 – *Estado e Partidos Políticos no Brasil – 1930-1964*. São Paulo: Alfa-ômega.

D’ARAÚJO, Celina

2009 – *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.

DAHRENDORF, Ralph

1969. – “Law Faculties and the German Upper Class”, in AUBERT, Wilhelm – *Sociology of Law*. Baltimore, Maryland: Penguin Books.

FAORO, Raymundo

1958 – *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo.

LAMOUNIER, Bolívar

2005 – *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora.

2016. - *Império do Direito: a visão dos advogados sobre a Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras (no prelo)

LAMOUNIER, B. & SOUZA, Amaury [de]
1989 – *As elites brasileiras e a modernização do setor público*. São Paulo: Editora Sumaré.

MONTRONI, Giovanni
1995 – “Aristocracy and Professions”. In Maria Malatesta, editor, *Society and the Professions in Italy, 1860-1914*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

PERRUCCI, Robert & GERSTL, Joel E. - *The Engineers and the Social System*. Nova York, John Wiley and Sons, 1969.

RHEINSTEIN, Max (editor)
1967 – *Max Weber on Law and Society*. New York: Simon & Schuster.

SENNA, José Júlio
1995 – *Os Parceiros do Rei – Herança Cultural e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.

SPARKS, Allister
1997 - *Tomorrow is another country – the inside story of South Africa’s negotiated revolution*. London: Arrow Books.

SCHWARTZMAN, Simon
2015 – *Bases do autoritarismo brasileiro*. Campinas, São Paulo : Editora da Unicamp.

WEBER, Max
1919 – *Politics as a Vocation*. In Hans Gerth & Wright Mills, From Max Weber. New York: Free Press, 1968.

VERBA, Sidney.
1987 - *Elites and the Idea of Equality: A Comparison of Japan, Sweden, and the United States*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

WEFFORT, Francisco
1978 – *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.